

Uma síntese da evolução dos indicadores sociais no período de 1995 a 2005.

Na última década, vários indicadores apresentaram melhora. A taxa de participação da mulher no mercado de trabalho aumentou, bem como o emprego com carteira e a desigualdade de rendimentos decresceu.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, reuniu indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, entre outros, no período de 1995 a 2005. Os principais resultados são apresentados a seguir.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS: É uma característica de distribuição espacial do Brasil a concentração da população nas regiões de maior desenvolvimento sócio-econômico: dos mais de 184 milhões de habitantes, em 2005, 64,3% residiam nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Somente no Sudeste encontravam-se 78,6 milhões de pessoas.

De acordo com as projeções, o País contará, em 2050, com uma população total de 259,8 milhões de habitantes, o que representará um crescimento relativo da ordem de 40,9% nos próximos 45 anos.

Entre 1995 e 2005, a população cresceu 21,4%, as taxas brutas de natalidade passaram de 21,9% para 20,4‰ e a taxa de fecundidade total declinou de 2,5 para 2,3 filhos, no período analisado. O aumento da esperança de vida ao nascer em combinação com a queda da fecundidade resulta nos aumentos absoluto e relativo da população idosa. De fato, a esperança média de vida ao nascer no Brasil era, em 2005, de 71,9 anos de idade, um incremento de 3,4 anos em relação a 1995.

A taxa de mortalidade infantil no Brasil continua em declínio, passando de 37,9‰ para 25,8‰, entre 1995 e 2005, o que corresponde a uma queda de quase 32% no período. A melhoria das condições de habitação e saneamento básico adequado vem contribuindo para reduzir as

mortes infantis. O Rio Grande do Sul foi o estado que registrou a menor taxa de mortalidade infantil, em 2005, 14,3‰, e Alagoas, com 53,7‰, a mais elevada.

Vale ressaltar que ainda há grandes problemas a serem solucionados na área de infra-estrutura social, uma vez que uma parcela significativa das mortes de menores de um ano de idade ocorrem devido às condições ambientais.

EDUCAÇÃO: A taxa de analfabetismo é um indicador síntese da situação educacional de um país. O Brasil, em 2005, contava com cerca de 14,9 milhões de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, correspondendo a 11% da população.

No período entre 1995 e 2005 houve queda na taxa de analfabetismo, de 11,4% para 8,4%, nas áreas urbana e de 32,7% para 25,0%, na zona rural.

TRABALHO E RENDIMENTO: Em 2005, a população economicamente ativa (PEA) somava 96 milhões de pessoas na condição de ocupada e desocupada. Deste contingente, 56,4% eram homens e 43,6%, mulheres. Esta participação indica que nos últimos dez anos, houve uma redução da participação masculina e aumento da feminina em 3,2 pontos percentuais. Em 2005, a taxa de desocupação atingiu 9,3% da PEA, enquanto, em 1995, era de 6,1%. Mas apesar do aumento do desemprego, houve uma maior formalização do emprego.

No período de 1995 e de 2005, o mercado de trabalho registrou aumento do emprego com carteira de 3,2 pontos percentuais e na redução do trabalho não remunerado em 3,6. No entanto, a renda do trabalhador recuou 12,7% no período.

Em 1995, o rendimento dos 10% mais ricos era 21,2 vezes maior do que os 40% mais pobres. Em 2005, esta relação foi reduzida para 15,8 vezes, indicando uma redução da desigualdade no mercado de trabalho.